

CADERNO

Capacidades estatais: avanços e tendências

Organizadores:

Alexandre Gomide

André Marengo



**Fundação Escola Nacional de Administração
Pública**

Presidenta

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

Projeto gráfico

Jamil Ghani

Diagramação

Yasmin Carvalho

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

C236 Capacidades estatais: avanços e tendências / organizado por
Alexandre Gomide e André Marengo. -- Brasília: Enap, 2024.
99 p. -- (Cadernos Enap, 133)

Inclui bibliografia

ISSN: 0104-7078

1. Capacidade Estatal. 2. Políticas Públicas. 3.
Governança. I. Título. II. Escola Nacional de Administração
Pública.

CDD: 354.27

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880



Enap, 2023.

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional. As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O que há de novo na literatura sobre capacidades estatais?

—

Luciana Leite Lima

Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rafael Barbosa de Aguiar

Doutorando em Políticas Públicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Introdução

Esta nota de pesquisa foi elaborada a partir de palestra proferida por ocasião do Workshop “Capacidades Estatais: o que são, para que servem, como medir?”, promovido pelo Gov. Munic - Laboratório de Pesquisas Aplicadas da UFRGS. A mesa em que participamos tinha como questão indutora: O que há de novo sobre capacidades estatais?

Um primeiro desafio que essa pergunta oferece é o de delimitar o que é novo, já que a literatura de capacidades estatais passou a ser utilizada de forma mais sustentada nos estudos de políticas públicas no Brasil a partir de 2014 (SOUZA; FONTANELLI, 2020). Ou seja, pode-se argumentar que é um campo de estudos novo e que já foi alvo de revisões de literatura (SILVA *et al.*, 2022).

Sendo assim, para não repetir o que outros já fizeram com muita propriedade e almejando oferecer uma reflexão útil, escolhemos focar a produção mais recente, dos últimos três anos (2021-2023), que consideramos os novíssimos estudos em capacidades estatais. Para isso, delimitamos uma linha de base com dois trabalhos, de 2019 e 2021, que representam a nova produção. Essa classificação se baseia em nosso entendimento de que eles estabilizam o conhecimento até então, ou seja, expressam concepções que vinham se tornando centrais (e, de fato, assim se mostraram) e, desse modo, manifestavam as ideias compartilhadas naquele momento, insumo para a agenda de pesquisa decorrente. Por isso, deles retiramos alguns elementos que utilizamos como critérios para analisar a novíssima produção.

O primeiro trabalho é o artigo “Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração” que publicamos em 2019 (AGUIAR; LIMA, 2019). Nele, realizamos uma revisão da literatura sobre capacidades estatais abrangendo a produção nacional. Com isso, foi possível identificar entendimentos, lacunas e oportunidades de pesquisa futura.

O segundo trabalho é o livro *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*, organizado por Eduardo Grin, Diogo Demarco e Fernando Abrucio e publicado em 2021 (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021b). Nele são investigadas as condições da administração pública local para atuar em várias políticas públicas. No capítulo 1, os organizadores fazem uma discussão do conceito de capacidades em torno de duas dimensões que vêm se consolidando nas análises: a técnica-administrativa e a política-relacional (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021a). Avaliamos que esse livro, por um lado, retoma, reforça, e, assim, estabelece algumas ideias do campo que vinham se tornando centrais (como a depuração de diversas dimensões nestas duas mencionadas) e avança no que tange ao contexto empírico ao privilegiar estudos sobre municípios.

Nesses dois estudos, identificamos várias sugestões de agenda de pesquisa, das quais destacamos duas.

Primeiro, os trabalhos apontavam como campo para futuros desenvolvimentos o debate sobre a criação das capacidades estatais, ou seja, quais fatores explicam a construção de capacidades. Entendia-se que os estudos, publicados até então, estavam bastante focados em explicar os resultados das políticas a partir das características e configurações das capacidades estatais instaladas. Desse modo, havia um interesse por investigar os fatores que explicariam a própria existência e geração das capacidades estatais no contexto brasileiro.

A segunda sugestão de agenda de pesquisa diz respeito à grande valorização da capacidade burocrática. Ela era, e ainda é, a dimensão mais estudada das capacidades estatais. Por certo, isso é decorrente de sua comprovada capacidade explicativa. Contudo, os dois trabalhos indicavam o interesse de explorar outras dimensões, assim como a complementaridade entre diferentes dimensões.

Tomamos essas duas sugestões de agenda de pesquisa, apresentadas nos dois trabalhos mencionados, como parâmetros para analisar o que há de novo na literatura sobre capacidades estatais. Dessa forma, nossos objetivos são: desvelar os temas mais recentes, verificar como os novíssimos trabalhos tratam estas duas questões e propor uma agenda de pesquisa atualizada.

Para tanto, empreendemos uma revisão semissistemática de literatura, uma vez que essa se ajusta a estudos que buscam avaliar o estado do conhecimento sobre um determinado tópico, permitindo detectar temas comuns e/ou negligenciados dentro de um determinado campo, criar agendas de pesquisa e aumentar o engajamento da temática (BAUMEISTER; LEARY, 1997; SNYDER, 2019; TORRACO, 2005; WARD; HOUSE; HAMER, 2009).

Realizamos a coleta de dados na base SciELO, aplicando a string de busca “capacidade estatal”, filtrando artigos empíricos, escritos em português e produzidos nos últimos três anos (2021 a 2023). O rastreamento foi realizado em 07 de junho de 2023 e foram recolhidos, ao todo, oito artigos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Resultado da coleta de dados: os novíssimos estudos sobre capacidades estatais

Autor(as/es)	Título	Revista/Edição
Bichir <i>et al.</i> (2021)	Interações socioestatais e construção de capacidades nas políticas públicas: o caso da assistência social na cidade de São Paulo	Novos estud. CEBRAP, v. 40, n.1.
Gomide <i>et al.</i> (2021)	Capacidade estatal e desempenho na percepção dos burocratas brasileiros: desenvolvimento e validação de um modelo de equações estruturais	Cad. EBAPE.BR, v. 19, Edição Especial.
Grin e Abrucio (2021)	O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal	Revista Sociologia e Política, v. 29, n. 77, e002
Pereira <i>et al.</i> (2021)	Governança e capacidade estatal frente à Covid-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada	Ciência & Saúde Coletiva, v. 6, n. 10
Euclides <i>et al.</i> (2022)	Capacidades estatais e mineração: uma análise da agência nacional de regulação	Revista de Administração Pública, v. 56, n.1
Santos <i>et al.</i> (2022)	Cooperação intermunicipal na Política Nacional de Meio Ambiente: as capacidades estatais importam?	Revista de Administração Pública, v. 56, n. 6
Schabbach (2022)	A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média	Sociologias, ano 24, n. 60
Pereira <i>et al.</i> (2023)	A construção de capacidades estatais em Políticas de Infraestrutura: demandas socioambientais e heterogeneidades estatais	Dados, v. 66, n. 3, e20200080

Fonte: Elaboração própria com base em Bichir *et al.* (2021); Euclides *et al.* (2022); Gomide *et al.* (2021); Grin e Abrucio (2021); Pereira *et al.* (2023); Pereira *et al.* (2021); Santos *et al.* (2022); Schabbach (2022).

Ainda, o material foi lido e submetido à análise de conteúdo indutiva com o auxílio do software NVivo. O Quadro 2 exhibe um panorama geral dos artigos selecionados. Assim, buscamos evidenciar os setores estudados, as esferas de governo enfocadas, as metodologias utilizadas, as dimensões selecionadas e as variáveis operacionalizadas.

Quadro 2 - Panorama geral dos artigos selecionados

Autoria	Setor(es)	Esfera(s)	Metodologia(s)	Dimensão(ões)	Variável(is)
Bichir et al. (2021)	Política de assistência social	Municipal: São Paulo	Qualitativa: análise documental, entrevistas e dados de convênios firmados	Relacional	Interconexão entre atores estatais e não estatais por laços formais e informais operando em processos de produção de políticas públicas e envolvidos em configurações institucionais específicas
Gomide et al. (2021)	Não especificado	Governo Federal	Quantitativa: técnica de Modelagem de Equações Estruturais (MEE)	Técnico-administrativa e relacional	Disponibilidade de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos nas organizações, a percepção dos burocratas sobre os conhecimentos que detêm seus pares sobre as políticas do setor de atuação, as habilidades para analisar as políticas públicas e de comunicação interpessoal, e a frequência da interação dos burocratas com empresas privadas e organizações da sociedade civil
Grin & Abrucio (2021)	Política tributária	Municipal	Quantitativa: estatística descritiva e Qualitativa: entrevistas com gestores e dirigente políticas e técnicos	Técnica, fiscal e relacional	Tamanho da população, receita própria, gastos com pessoal, índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), participação em consórcios intermunicipais
Pereira et al. (2021)	Políticas de saúde, economia e assistência social	Governos federais da Alemanha e da Espanha	Qualitativa: adoção do institucionalismo histórico, que busca compreender como as instituições moldam o comportamento dos atores políticos e como as mudanças institucionais ocorrem ao longo do tempo	Coordenação, implementação e efetividade de estratégias	A estrutura do sistema de saúde, a disponibilidade de trabalhadores, o sistema nacional de ciência e tecnologia, a capacidade de produção nacional de insumos e equipamentos, o direcionamento de recursos fiscais e financeiros do governo central para as áreas sanitária, social e econômica
Euclides et al. (2022)	Política de regulação	Governo federal, especificamente a Agência Nacional de Mineração	Qualitativo: análise documental, com base em fontes secundárias, como relatórios e estudos sobre a agência reguladora	Administrativa	Recursos: número de servidores e cargos ocupados, profissionalização, orçamento total e discricionário, acordos de cooperação e/ou parcerias, Resultados: orçamento executado, processos minerários outorgados e fiscalização realizadas
Santos et al. (2022)	Política ambiental	Municipal	Quantitativo: análise de regressão múltipla	Administrativa, técnica, financeira, político-relacional e institucional	Estrutura Organizacional, Força de Trabalho e Autonomia da Burocracia (capacidade administrativa); Orçamento e Receita Própria (capacidade financeira); Participação Social e Articulação Intergovernamental (capacidade político-relacional); e Legislação Ambiental e Conselhos de Meio Ambiente (capacidade institucional)
Schabbach (2022)	Política de financiamento	Nacional (134 países de renda média)	Quantitativo: regressão logística	Técnico-burocráticas e político-relacionais	Média anual de projetos aprovados, desde o ingresso no WB até 2019, distribuição por região, existência de casos de Covid-19, índice global de segurança em saúde e renda nacional per capita
Pereira et al. (2023)	Políticas de infraestrutura (setores elétrico e ambiental)	Municipal (Usina de Belo Monte)	Qualitativa: estudo de caso único	Participativa, de coordenação intersetorial e decisória	Padrão de relacionamento entre burocracias estatais e grupos sociais; o arranjo institucional da política; e o legado histórico-institucional do setor da política

Fonte: Elaboração própria com base em Bichir *et al.* (2021); Euclides *et al.* (2022); Gomide *et al.* (2021); Grin e Abrucio (2021); Pereira *et al.* (2023); Pereira *et al.* (2021); Santos *et al.* (2022); Schabbach (2022).

Por fim, partimos para o exame dos dados de acordo com os critérios definidos. Tal análise é apresentada no tópico que segue.

Principais resultados

Com base na agenda de pesquisa sugerida na literatura recente sobre capacidades estatais (AGUIAR; LIMA, 2019; GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021a), delimitamos dois parâmetros para analisar os novíssimos estudos sobre a temática, quais sejam: i) quais fatores explicam a criação de capacidades estatais, e ii) quais dimensões, além da burocrática, estão sendo enfatizadas.

Em relação ao primeiro parâmetro, três pontos se destacam: o desenho dos sistemas nacionais, as interações socioestatais e a dinâmica da agenda política.

Primeiro, o desenho dos sistemas nacionais. Entende-se que o desenho dos sistemas nacionais de políticas públicas no Brasil promoveria a criação de capacidades ao mesmo tempo que privilegiaria a implementação de determinadas ações (BICHIR *et al.*, 2021; GRIN; ABRUCIO, 2021; PEREIRA *et al.*, 2021; SANTOS *et al.*, 2022). Por quê? Por um lado, porque o desenho oferece a arquitetura organizacional e institucional para a operação da política; por outro lado, isso vem acompanhado de instrumentos que favorecem a implementação, como incentivos econômicos por meio de transferências de recursos, estabelecendo as condições materiais e políticas para expansão de burocracias, e, por conseguinte, para o desenvolvimento, principalmente, da capacidade administrativa (burocrática ou técnica).

Segundo, o padrão de interação com os grupos sociais ou as interações socioestatais (BICHIR *et al.*, 2021; PEREIRA *et al.*, 2023). Tais dinâmicas favorecem a construção de capacidades estatais porque enriquecem os processos decisórios, trazendo uma diversidade de recursos própria aos contextos de pluralidade de atores. Isso ampliaria e catalisaria os recursos estatais, possibilitando o desenvolvimento de projetos conjuntos, mais aderentes e conectados com as demandas sociais. Consequentemente, fortaleceriam a legitimidade e a cadeia de implementação. Trata-se, então, do efeito sinérgico da interação Estado-sociedade para o incremento da ação estatal.

E o terceiro ponto está relacionado à *politics*. Os estudos mostram que a construção de capacidades também está relacionada com a agenda do governo (BICHIR *et al.*, 2021; PEREIRA *et al.*, 2023; SANTOS *et al.*, 2022). Assim, as áreas de políticas consideradas prioritárias receberiam mais atenção e mais investimento, o que poderia propiciar a criação e/ou fortalecimento de capacidades. Esse ponto é apenas margeado nos trabalhos, sendo mencionado a partir de literatura secundária ou sugerido como agenda futura de pesquisa. Contudo, isso pode ser indicativo de uma nova fronteira, que está começando a ser explorada.

No que concerne ao segundo parâmetro, da exploração de outras dimensões das capacidades além da burocrática, destacamos os trabalhos que acionam a dimensão relacional e/ou política das capacidades (BICHIR *et al.*, 2021; GRIN; ABRUCIO, 2021; PEREIRA *et al.*, 2023; SCHABBACH, 2022). Ilustrativamente, nesse escopo, Gomide *et al.* (2021) delineiam como *proxy* a frequência da interação dos burocratas com empresas privadas e organizações da sociedade civil, em distintos níveis: formal, informal, direta ou por canais institucionais.

Já Pereira *et al.* (2023, p. 8) propõem a capacidade participativa, “traduzida como as habilidades das burocracias estatais de criarem canais efetivos de diálogo com os grupos sociais afetados por determinada política”. Tais canais podem ser formais (instituições participativas) ou informais (laços entre atores). Esse estudo avança ao tratar não apenas da existência dos canais de comunicação, mas, especialmente, por considerar sua efetividade. Nesse sentido, mobiliza temáticas como participação e conselhos de políticas públicas, além de adicionar outros conceitos e categorias à análise das capacidades, tornando o conceito de capacidade estatal mais robusto, assim como as suas *proxies*. Da mesma forma, Bichir *et al.* (2021) acionam o conceito de governança, referindo-se aos arranjos de interação entre atores estatais e não estatais envolvidos e atuantes nos processos de políticas públicas.

Esses dois últimos pontos, das interações socioestatais e da posição na agenda governamental, remetem à natureza provisória e impermanente das capacidades. Tal característica já foi mencionada e demonstrada na literatura clássica (EVANS, 2004) e reforçada na nova (SOUZA, 2017). Evans (2004, p. 70), tratando especificamente da dimensão burocrática, alertava que mesmo burocracias eficientes podem entrar em decadência, serem dissolvidas, assim como podem ser fortalecidas; em suas palavras: “estabelecer uma organização burocrática capacitada é uma tarefa desanimadora” na maioria dos países de desenvolvimento tardio.

Finalmente, observando o Quadro 2, vale ressaltar algumas características desse grupo de artigos. Em primeiro lugar, chama a atenção a variedade de setores de políticas estudados: social, econômicos, ambiental e de infraestrutura. Isso mostra a vitalidade da perspectiva teórica. Ademais, tal fato desvela a formação de um quadro geral de conhecimento sobre as capacidades estatais nos mais diversos setores de políticas públicas. Sobretudo, tendo em vista que estamos tratando dos novíssimos estudos, é plausível argumentar que já temos um estoque relevante de informações e conhecimento a partir do qual é possível analisar a situação e as condições das políticas a partir das capacidades instaladas, fortalecendo o campo, tanto o acadêmico quanto o da gestão pública.

Em segundo lugar, a esfera municipal está ganhando espaço na novíssima produção. Até então, estudos sobre os governos estaduais e, principalmente, o governo federal eram os mais comuns (CINGOLANI, 2013; GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021a; LIMA *et al.*, 2020; LUNA; SOIFER, 2017). Percebemos a agenda de pesquisa se ampliando e se diversificando em termos

de contexto empírico, movimento alinhado com o estímulo promovido na coletânea organizada por Grin, Demarco e Abrucio(2021b).

Por último, as dimensões da capacidade acionadas nos estudos. Vê-se a centralidade da capacidade administrativa (burocrática e técnica), sendo a profissionalização da burocracia reconhecida e reforçada como uma característica crítica para a produção de resultados de políticas públicas. Nesse ponto, o novíssimo encontra com o clássico, porque se remete à Weber e, mais recentemente, aos trabalhos de Peter Evans (EVANS, 2004; EVANS; RAUCH, 1999).

Conclusão

Este capítulo teve por objetivo explorar o que há de novo na literatura sobre capacidades estatais. Tal análise foi feita tomando dois temas como parâmetros para a discussão. Esses foram derivados de trabalhos recentes (novos) sobre capacidades estatais, publicados em 2019 e 2021, os quais consideramos expressar os entendimentos prevaletentes até então e, desse modo, indicadores de uma nova onda de interesses de pesquisa. Com isso, delimitamos os últimos três anos (2021-2023) como critério para a seleção dos trabalhos a serem analisados, a novíssima produção.

O primeiro tema que derivamos dos novos estudos em capacidades estatais tange aos fatores explicativos da criação de capacidades estatais. Os novíssimos estudos analisados tratam tal temática a partir de três dimensões: o desenho de políticas, as interações socioestatais e a agenda governamental. Eles argumentam que tais variáveis são relevantes para entender e para explicar a construção de capacidades em diferentes setores de políticas e níveis de governo.

O segundo tema enfatiza as dimensões das capacidades estatais estudadas. Verificou-se o crescente interesse pela dimensão relacional e política, que conduz o olhar para as interações entre Estado e sociedade nos processos das políticas públicas em seus canais formais e informais. Importante notar que a capacidade relacional, em geral, se apresenta de forma associada à burocrática (administrativa, técnica). Esta mantém centralidade nos estudos, sendo a mais mobilizada (EUCLYDES et al., 2022; GOMIDE et al., 2021; GRIN; ABRUCIO, 2021; SANTOS et al., 2022; SCHABBACH, 2022).

Enfim, a elaboração deste capítulo nos conduziu por uma reflexão e debate sobre o novo e o novíssimo na literatura em capacidades estatais. E, em meio às tentativas de delimitação de fronteiras temporais, as leituras iam nos mostrando, também, as ideias basilares, apoio dos argumentos e fundamento desta agenda de pesquisa.

Sobre isso, terminamos esta nota mencionando a contribuição de Peter Evans (EVANS, 2004; EVANS; RAUCH, 1999). Para as pessoas que tiveram sua formação na policy analysis, o trabalho de Evans é a porta de entrada para o debate sobre capacidades estatais. Arriscamo-nos a afirmar que o modelo analítico proposto no livro *Autonomia e parceria* se mostrou fundamental para o desenvolvimento do campo. Nesse, Evans (2004) propõe explicar a capacidade de ação do Estado a partir de duas dimensões: as características das estruturas burocráticas do Estado e a conformação das relações entre Estado e sociedade. As intervenções mais efetivas seriam resultantes de uma combinação entre uma burocracia competente, por isso autônoma, e parcerias com os diversos grupos sociais (AGUIAR; LIMA, 2019; EVANS, 2004). Tais dimensões não são capacidades em si, mas fontes de potencial capacidade de ação, a depender das suas características e formas de combinação. Boa parte da ampla gama de dimensões das capacidades que a literatura tem apresentado – fiscal, de coordenação, de regulação legal, institucional, política – pode ser abarcada nas duas categorias delineadas por Evans (2004): autonomia e parceria.

Como agenda futura de pesquisa, três tópicos merecem ênfase: i) a relação entre criação/fortalecimento/enfraquecimento de capacidades e a agenda dos governos, ii) o aprofundamento das dimensões relacional e/ou política, que recentemente vem ocorrendo por meio dos estudos sobre canais formais e informais de participação, e iii) a sofisticação das formas de mensuração das capacidades estatais. Esses dois tópicos vêm sendo reconhecidos pela literatura recente como temas que ainda requerem mais estudos.

Referências

AGUIAR, R. B. DE; LIMA, L. L. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 89, p. 1-28, 2019.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. Writing narrative literature reviews. *Review of General Psychology*, v. 1, n. 3, p. 311-320, 1 set. 1997.

BICHIR, R.; PEREIRA, G. N.; GOMES, M. L. Interações socioestatais e construção de capacidades nas políticas públicas: o caso da assistência social na cidade de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 40, n. 1, p. 57-79, 2021.

CINGOLANI, L. The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures. *Maas-tricht Graduate School of Governance*, n. 31, p. 58, 2013.

EUCLYDES, F. M.; MACEDO, A. D. S.; MACEDO, S. V.; VALADARES, J. L. Capacidades estatais e mineração: uma análise da agência nacional de regulação. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 1, p. 163–175, 2022.

EVANS, P. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. 1a edição ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EVANS, P.; RAUCH, J. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of “Weberian” State Structures on economic growth. *American Sociological Review*, v. 64, p. 748–765, 1999.

GOMIDE, A. DE Á.; MACHADO, R. A.; ALBUQUERQUE, P. M. Capacidade estatal e desempenho na percepção dos burocratas brasileiros: desenvolvimento e validação de um modelo de equações estruturais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 19, n. spe, p. 689–704, nov. 2021.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal. *Revista de Sociologia e Política*, v. 29, n. 77, 2021.

GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. Capacidades estatais em governos subnacionais: dimensões teóricas e abordagens analíticas. Em: GRIN, EDUARDO JOSÉ; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, FERNANDO LUIZ (Eds.). *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021a. p. 42–85.

GRIN, EDUARDO JOSE; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021b.

LIMA, L. L.; LUI, L.; BIASI RUIZ, K. PIETRO; DIAS, G. V. R. S.; PAPI, L. P.; DEMARCO, D. J. Plano Plurianual como proxy para medir capacidades estatais: um estudo sobre o planejamento governamental nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, 2020.

LUNA, J. P.; SOIFER, H. D. Capturing sub-national variation in state capacity: a survey-based approach. *American Behavioral Scientist*, v. 61, n. 8, p. 887–907, 2017.

PEREIRA, A. K.; MERTENS, F.; ABERS, R. A Construção de capacidades estatais em políticas de infraestrutura: demandas socioambientais e heterogeneidades estatais. *Dados*, v. 66, n. 3, 2023.

PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V.; VENY, M. B.; JUAN, A. M. Y.; RECIO, S. N. Governança e capacidade estatal frente à Covid-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4425–4437, 2021.

SANTOS, J. G. DOS; SILVA, A. L. N. DA; MELO, C. M. O. DE; MELO, Y. M. DE. Cooperação intermunicipal na Política Nacional de Meio Ambiente: as capacidades estatais importam? *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 6, p. 745–771, dez. 2022.

SCHABBACH, L. M. A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média. *Sociologias*, v. 24, n. 60, p. 32–61, 2022.

SILVA, R. G.; JÚNIOR, V. M. V.; SILVA, V. V.; DANTAS, A. H. Capacidade estatal: panorama das pesquisas entre 2009-2019. *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 25, n. 1, p. 80–102, 2022.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, v. 104, p. 333–339, nov. 2019.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 1, p. 27–45, 2017.

SOUZA, C.; FONTANELLI, F. Capacidade estatal e burocrática: sobre conceitos, dimensões e medidas. In: MELLO, J.; RIBEIRO, V. M.; MOTTA, G.; BONAMINO, A.; CARVALHO, C. P. DE (Eds.). *Implementação de políticas e atuação de gestores públicos – experiências recentes das políticas das desigualdades*. Brasília: IPEA, 2020. p. 43–67.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356–367, 24 set. 2005.

WARD, V.; HOUSE, A.; HAMER, S. Developing a framework for transferring knowledge into action: a thematic analysis of the literature. *Journal of Health Services Research & Policy*, v. 14, n. 3, p. 156–164, 11 jul. 2009.